

 <b>PMMS</b>	<p style="text-align: center;"><b>LAVRATURA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</b></p>	<b>PROCESSO:</b> 3.07
		<b>PADRÃO:</b> 3.07.01
		<b>ESTABELECIDO EM:</b> 25/10/2019
<b>NOME DO PROCEDIMENTO:</b> Atendimento telefônico emergencial – 190/198 quando da comunicação de acidentes de trânsito urbano e rodoviário.  <b>RESPONSÁVEL:</b> Policial Militar - atendente.		<b>REVISADO EM:</b> 02/047/2020
<b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não compreender o que o solicitante deseja.</li> <li>2. Atendente não saber diferenciar as modalidade de lavratura de boletim de ocorrência de acidente de trânsito urbano ou rodoviário.</li> </ol>		
<b>SEQUÊNCIA DE AÇÕES</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acionar o Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Polícia Civil (PC), perícia técnica, Defesa Civil, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Estadual de Gestão de empreendimentos (AGESUL) e Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) para atuarem de acordo com a missão específica, quando necessário.</li> <li>2. Acionar viatura policial militar para o local do acidente de trânsito quando:           <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Nos acidentes com vítima (lesão corporal) e com vítima fatal (óbito).</li> <li>2.2. Envolver veículo oficial da SEJUSP/MS.</li> <li>2.3. Envolver patrimônio público (bens móveis e imóveis) e não esteja presente no local o responsável do órgão.</li> <li>2.4. Nos acidentes de trânsito sem vítima envolvendo qualquer categoria de veículo com indícios de crime de trânsito e/ou com circunstâncias que tornam o local inseguro (vazamento de combustível, de óleo, de produtos perigosos, queda de carga e de grandes proporções obstruindo a via).</li> <li>2.5. Nos casos do item 3.1.</li> </ol> </li> <li>3. Caso o acidente de trânsito seja sem vítima, orientar o cidadão para remover o veículo do local do acidente (art. 178 do CTB) e acionar o Juizado de Trânsito naquelas</li> </ol>		

localidades em que existam o atendimento e/ou registrar o boletim de ocorrência de trânsito (BOAT) “Online” pelos sítios [www.pm.ms.gov.br](http://www.pm.ms.gov.br) ou [www.detran.ms.gov.br](http://www.detran.ms.gov.br).

3.1. Caso o(s) veículo(s) estiver (em) obstruindo a condição de tráfego da via por impossibilidade de remoção pelas partes envolvidas e/ou colocando em risco a vida de pessoas, deverá ser acionada a viatura da polícia militar para o local.

#### **POSSIBILIDADES DE ERRO**

1. Empenhar a viatura para atender os acidentes de trânsito sem vítima quando possíveis de registro “online” ou pelo Juizado de Trânsito.
2. Não empenhar a viatura para atender os acidentes de trânsito sem vítima quando envolver veículo da SEJUSP/MS, indícios de crime de trânsito e circunstâncias que tornam o local inseguro, nos acidentes com vítima (lesão corporal) e com vítima fatal (óbito).

#### **RESULTADOS ESPERADOS**

1. Racionalização de recursos humanos e logísticos.
2. Atender a população com eficiência, cordialidade, responsabilidade e respeito.
3. Redução do tempo resposta da polícia militar.
4. Fazer com que os envolvidos em acidente de trânsito sem vítima optem pelo registro na modalidade “Online”, pois este tem o mesmo valor jurídico que o atendimento no local.

#### **AÇÕES CORRETIVAS**

1. Na falta de informações necessárias para adoção de procedimentos, retornar a ligação para o solicitante.

#### **REFERÊNCIAS, DOUTRINAS e LEGISLAÇÕES**

1. Lei Complementar Estadual nº 190, de 04 de abril de 2014 - Lei de Organização Básica da Polícia Militar.
2. Lei Estadual nº 1.810 de 22 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.
3. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
4. Manual do Operador de Segurança Pública/Comissão Técnica, Resolução SEJUSP nº 453/2009 – Campo Grande – MS: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado Mato Grosso do Sul – SEJUSP/MS. 2009.

5. Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul – Juizado de Trânsito. Disponível em:  
<[https://www.tjms.jus.br/consultas/juizado\\_transito.php](https://www.tjms.jus.br/consultas/juizado_transito.php)>

<b>ELABORADOR:</b>	<b>APROVADO:</b>
<b>FRANCO ALAN</b> DA SILVA AMORIM – TC QOPM. <b>WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO</b> – CAP QOPM. <b>MARCOS BEZERRA</b> DA SILVA – TEN QAOPM. <b>DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS</b> – ST QPPM. <b>SANDRA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA</b> – 1º SGT QPPM. <b>PAULO HENRIQUE DA SILVA LEITE</b> - SD QPPM.	<hr/> Comandante-Geral da PMMS
<b>REVISADO POR:</b>	<b>APROVADO:</b>
<b>FRANCO ALAN</b> DA SILVA AMORIM – TC QOPM. <b>WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO</b> – CAP QOPM. <b>IDACIO LOPES RIQUELME</b> - TEN QOPM <b>WALDOMIRO VARGAS JUNIOR</b> - TEN QAOPM	<hr/> Waldir Ribeiro Acosta – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 38837021
<b>RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS:</b>	<b>DIFUSÃO:</b>
	<b>PUBLICO INTERNO</b>
<b>ESCLARECIMENTOS:</b>	
<p>1. Na desistência do atendimento pelo juizado de trânsito, qualquer das partes envolvidas no acidente poderá registrar na modalidade “Online”, por meio do site: <a href="http://www.pm.ms.gov.br">http://www.pm.ms.gov.br</a>, link “B.O. ACIDENTES DE TRÂNSITO ONLINE” ou <a href="http://www.detran.ms.gov.br">www.detran.ms.gov.br</a>.</p> <p>2. É infração de trânsito de natureza média, deixar o condutor, envolvido em acidente de trânsito sem vítima, de adotar providências para remover o veículo do local, quando necessária tal medida para assegurar a segurança e a fluidez do trânsito, conforme art. 178 do CTB.</p>	